

F Ó R U M L I N G U Í S T ! C O

LINGUÍSTICA FORMAL: UMA HOMENAGEM À LINGUÍSTICA,
UMA HOMENAGEM A DERMEVAL DA HORA

VOLUME 17, NÚMERO ESPECIAL, JUN. 2020

ORGANIZAÇÃO:

MARCO ANTONIO ROCHA MARTINS, JOSÉ MAGALHÃES & ANA LÍVIA AGOSTINHO

Este volume da *Revista Fórum Linguístico*, organizado por Marco Antonio Rocha Martins (UFSC/CNPq), José Magalhães (UFU) e Ana Livia Agostinho (UFSC), mais do que um conjunto selecionado de artigos sobre linguística formal, é uma declarada homenagem a um dos grandes linguistas brasileiros: Prof. Dermeval da Hora Oliveira ou, simplesmente, Dermeval da Hora. Esta coletânea é produto do evento Linguística Formal I, realizado em maio de 2018, na Universidade Federal de Santa Catarina, que surgiu idealizado pelo próprio Dermeval da Hora, que, sem saber, fora homenageado também naquela ocasião. É justo que se esclareça que qualquer homenagem que se faça a Dermeval da Hora pode soar como um ato simbólico de reconhecimento à sua trajetória e ao seu imenso trabalho e dedicação à linguística e à formação de novos pesquisadores, mas jamais alcança a totalidade do que ele merece pelo que fez, e ainda faz, como pesquisador, orientador, coordenador de projetos, professor, coordenador da

grande Área de Linguística e Literatura junto à CAPES e, acima de tudo, como ser humano. Se há uma palavra que define bem o ser humano Dermeval da Hora, certamente é GENEROSIDADE. O incansável Dermeval da Hora não trabalhou durante toda a sua carreira para ele mesmo. Tudo que fez e, repetimos, ainda faz, não é armazenado para ele mesmo; é compartilhado e distribuído em ações sempre colaborativas sem enxergar quem é o alvo de sua partilha. Desde o mais inexperiente aluno de graduação, em seus primeiros passos na Iniciação Científica, até o mais citado e influente pesquisador recebem de Dermeval da Hora a mesma porção de amizade, de colaboração, de doação. Como um rio que serpenteia vales e colinas, perpassando com bravura qualquer obstáculo que tente interromper seu leito, Dermeval também desbravou seu caminho, nada retilíneo, para tornar-se um grande linguista e fazer avançar a pesquisa e os pesquisadores nesta área em todo o Brasil. Nascido na pequena cidade de Jaguaquara, no interior da Bahia, onde concluiu o ensino médio (naquela época, Científico), passando por Salvador, depois João Pessoa, Porto Alegre, Amsterdam, de volta a João Pessoa e, mais recentemente, por Lisboa, onde reside atualmente, Dermeval carregou consigo suas raízes, apropriando-se delas para atingir a solidez necessária para se tornar um grande cientista da linguagem e um grande cidadão.

E assim se fez! Hoje, aposentado e morando em Portugal, Dermeval da Hora continua a zelar pelo seu país, mantendo-se atento às questões educacionais, sociais e políticas brasileiras. É com muita gratidão que dedicamos este conjunto de trabalhos de renomados estudiosos, nacionais e internacionais, ao pesquisador que idealizou o Linguística Formal I e que jamais se dobrou diante de qualquer dificuldade para fazer com que a ciência linguística no Brasil fosse qualificada e, por isso, respeitada dentro e fora do país. Muito obrigado, Prof. Dermeval da Hora.

Os trabalhos ora publicados neste volume contemplam quatro áreas específicas da linguística, a saber, Fonologia, Morfologia, Sintaxe e Semântica. Embora Dermeval da Hora tenha se dedicado grandemente à Fonologia, de modo especial aos fenômenos variáveis, seu trabalho influenciou sobremaneira as outras três áreas, seja por vias diretas, seja por meios indiretos. Dessa forma, para dar conta das quatro áreas, apresentamos nas linhas que seguem, sob o título de “A capacidade humana para linguagem e a Linguística Formal no Brasil” uma breve retomada da trajetória dos estudos linguísticos formais, com o objetivo de mapear interpretativamente, sem uma base quantitativa, seu impacto, inserção e consolidação. Detemo-nos a apresentar um panorama dos pressupostos basilares dos estudos em Linguística Formal, sem esquecer que, no Brasil, tais estudos foram fortemente circunstanciados pelo constante apoio de Dermeval da Hora a indistintos pesquisadores – incluindo os organizadores desta coletânea – ao longo de toda sua carreira, destacadamente quando de sua atuação à frente da coordenação da Área de Linguística e Literatura da CAPES, nas duas últimas avaliações de Programas de Pós-Graduação, período que se estendeu de 2011 a 2016.

Marco Antonio Rocha Martins

Universidade Federal de Santa Catarina/CNPq

José Magalhães

Universidade Federal de Uberlândia

Ana Livia Agostinho

Universidade Federal de Santa Catarina

A CAPACIDADE HUMANA PARA LINGUAGEM E A LINGUÍSTICA FORMAL NO BRASIL

LA CAPACIDAD HUMANA PARA EL LENGUAJE Y LA LINGÜÍSTICA FORMAL EN BRASIL

THE HUMAN CAPACITY FOR LANGUAGE AND FORMAL LINGUISTICS IN BRAZIL

Marco Antonio Rocha Martins

Universidade Federal de Santa Catarina/CNPq

José Magalhães

Universidade Federal de Uberlândia

Ana Livia Agostinho

Universidade Federal de Santa Catarina

1 PALAVRAS INICIAIS

Este artigo antecede e apresenta uma coletânea que trazemos a público num volume da *Revista Fórum Linguístico*, ao mesmo tempo em que prestamos uma singela homenagem ao professor Dermeval pelo seu incansável trabalho pela linguística no Brasil. Esta coletânea é parte do resultado do Congresso **Linguística Formal I**, realizado de 16 a 18 maio de 2018 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)/Florianópolis.

Seguindo a proposta e subdivisão de Pires de Oliveira (2004), tomamos aqui a acepção *formal* como equivalente a *autônomo*, e, nesse sentido, por linguística formal buscamos reunir estudos que remetem à ideia de “forma” em oposição a conteúdo ou “substância”. Nas palavras de Borges Neto, neste volume, “[...] trata-se, no fundo, de uma delimitação específica de escopo: uma linguística formal toma como objeto apenas fenômenos relacionados à *forma* das expressões linguísticas”. E, mesmo concordando com as reflexões de Borges Neto sobre o lugar privilegiado da gramática gerativa nos estudos formais, mas que o formalismo na linguística não se encerra nela, vão além, buscaremos elencar aqui estudos formais em gramática gerativa e a sua inserção nas pesquisas no Brasil.

Esses estudos têm por marco a publicação de *Syntactic Structures* (CHOMSKY, 1957) – e o estabelecimento do entender as línguas naturais como um objeto formal – atribuindo aos linguistas a tarefa de atentar para o pensamento do indivíduo e “decifrar/decodificar” a capacidade que os falantes têm da língua que sabem/falam. Essa capacidade se traduz em algoritmos capazes de produzir formas fonético-fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas.

2 FONOLOGIA

A Fonologia se firmou como uma disciplina bem definida, com conceitos e aparelhamento teórico bem traçados, simultaneamente ao estabelecimento da linguística como ciência. Esta disciplina e sua concepção estruturalista, sob o legado de Nikolay Trubetskoy e Roman Jakobson na escola de Praga e, depois, com Leonard Bloomfield nos Estados Unidos, se tornou circunstancial para a solidificação do caráter científico da linguagem. Assim como um médico de qualquer especialidade necessita conhecer, mesmo que de forma geral, a morfologia/anatomia do organismo humano – alvo de sua atuação – também o linguista deverá ter ciência da organização interna de seu objeto de estudos que é a língua, e esta organização interna só poderá ser plenamente conhecida se fonemas e suas complexas interações forem, de algum modo, observadas mais de perto. Este raciocínio encontra respaldo já nos primeiros estudos estruturalistas, ao definirem a Fonologia como o estudo das oposições internas à língua, o que conferia a tal disciplina a responsabilidade por definir o que é parte do sistema social, comum a todos os indivíduos.

O empreendimento da Fonologia se fixa, pois, na unidade fonema, responsável por estabelecer um sistema de oposições bem desenhado pelos estudiosos do círculo de Praga. Tais oposições podem, contudo, ser congeladas, neutralizando-se em circunstâncias apropriadas. A unidade fonema pode ainda se traduzir em realizações alofônicas – posicionais e previsíveis – naquilo que se identifica como distribuição complementar, ou ocorrência em contextos excludentes.

Todas essas implicações atestam a consolidação da Fonologia como uma ramificação da nova ciência que, no seu aspecto interno, faz do linguista um especialista em lidar com outra forma de organismo, tão vivo quanto organismo humano, qual seja a língua.

Quando em 1928, no Primeiro Congresso Internacional de Linguística da cidade Haia, na Holanda, perguntou-se a Roman Jakobson “Quais são os métodos mais apropriados para uma descrição completa e prática da língua”, o autor não hesitou em detalhar os métodos e os conceitos da linguística sincrônica executados pela Fonologia. E foi mais longe: defendeu com vigor a noção de fonema como uma entidade abstrata de oposição fonológica com base da distinção semântica, argumentando que somente a partir desse sistema de oposições é que se formaria um sistema de estruturas. Portanto, o conceito de Fonologia, no sentido Jakobsoniano, se funde com próprio conceito de língua.

Passadas algumas décadas, e não havendo mais dúvida acerca da consolidação da Fonologia, eis que surge outra grande revolução no pensamento linguístico. Desta vez, coube a Noam Chomsky e Morris Halle fazer com que a Linguística Gerativa, há alguns anos já empenhada na Sintaxe, como retomamos a seguir, ainda neste texto introdutório, ecoasse também na Fonologia. Eis que se consolida de vez o formalismo linguístico por meio do sistema fonológico, com a publicação, em 1968, da obra *The Sound Pattern of English*, rompendo com a tradição estruturalista e seu conceito unificado de fonema como uma unidade dotada de propriedades fonéticas indivisíveis, e trazendo à tona novos *insights*, entre os quais os traços distintivos, as classes naturais, as regras ordenadas, as propriedades universais e o mapeamento entre *input* e *output*.

Claramente, a Fonologia ganha uma versão essencialmente formal, capaz de tornar ainda mais sólido o pensamento racionalista já emoldurado em *Syntactic Structures* por Noam Chomsky (1957), poucos anos atrás, e ferrenhamente contraposto ao cognitivismo alavancado por Leonard Bloomfield sobre a linguística no final da primeira metade do século passado.

Com a Fonologia Gerativa, assumidamente formal em sua gênese, modelos fonológicos são implementados e a abstração se traduz em representações fonológicas – contribuição decisiva para novos modelos que surgiriam depois, tais como a Fonologia Lexical, os modelos Autossegmentais, a Fonologia Métrica, a Teoria da Otimidade e outras teorias baseadas em restrições.

Com Chomsky e Halle (1968), os traços – elementos de natureza articulatória e/ou acústica que compõem o segmento (não mais o fonema) – passam a ser representados linearmente em matrizes, numa relação direta entre segmento e matriz de traços e entre matriz de traços e segmento.

Em consonância com o dispositivo inato da linguagem, com o poder das representações subjacentes que proporcionam ao indivíduo armazenar na mente estruturas complexas jamais ouvidas, porém finitas, que o capacitam a uma performance com realizações fonéticas infinitas, os fenômenos linguísticos se tornam passíveis de serem identificados por meio de regras

derivacionais. Na atuação dessas regras, formas subjacentes geram, em aplicações sequenciadas, formas de superfície. Portanto, ao linguista cabe a tarefa de atentar para o pensamento do indivíduo. Nesta operação, desencadeada por meio de regras derivacionais, compete ao linguista desenvolver algoritmos fonológicos capazes de produzir as formas fonéticas.

Os *insights* da Fonologia Gerativa, formal por excelência, abriram espaço para que outros modelos de análise viessem à tona. Um desses modelos, a Fonologia Lexical, ganha inúmeros adeptos principalmente após os trabalhos de Kiparsky (1982, 1985) e Mohanan (1982). Mais do que uma proposta de representação, a Fonologia Lexical é um modelo fonológico organizacional de regras distribuídas em dois domínios: o Lexical e o Pós-Lexical. As regras que se aplicam no módulo lexical interagem com a morfologia no mesmo espectro derivacional, de modo que as aplicações fonológicas interagem com as aplicações morfológicas ciclicamente.

Regras Lexicais e Pós-Lexicais possuem natureza distinta. Por exemplo: enquanto as regras lexicais são preservadoras de estrutura, as regras pós-lexicais não o são. Com isso, no domínio Lexical, a aplicação das regras pode gerar alguma exceção, mas jamais variação; enquanto no domínio pós-lexical a variação é livre. Outra importante característica das regras lexicais é a aplicação cíclica (no domínio da palavra); enquanto as regras pós-lexicais são pós-cíclicas e livres para se aplicarem *across the board*, ou seja, no nível da sintaxe.

A Fonologia Lexical representou inúmeros avanços para as análises fonológicas, dentre quais pode-se destacar: (i) a retomada da morfologia, por muito tempo esquecida, ao palco da descrição e análise linguística e (ii) a redução da abstração das formas subjacentes implementadas pelo modelo considerado padrão de Chomsky e Halle (1968).

A fonologia gerativa que adveio depois do trabalho de Chomsky e Halle também conferiu adequação descritiva e motivação independente para a formalização dos fenômenos alusivos ao acento, à sílaba e ao próprio segmento, este não mais representado linearmente.

Para lidar com a sílaba, por exemplo, Selkirk (1982) propõe um molde (*template*) governado por princípios universais e por parâmetros de língua particular, para dar conta da representação desse constituinte em uma estrutura arbórea, de natureza binária e hierarquizada.

Para tratar do acento, surgem os modelos métricos, a partir dos quais o acento deixa de ser interpretado como uma propriedade das vogais e passa a ser visto como uma entidade associada diretamente à sílaba, sendo determinado em termos relacionais de posições fortes e fracas (LIBERMAN, 1975; LIBERMAN; PRINCE, 1977, PRINCE, 1983). Começando por representações por meio de árvores, depois árvore e grade, seguidas por grade apenas, a Fonologia métrica alcançaria seu mais alto grau de formalização a partir do momento em que Halle e Vergnaud (1987), seguindo por Hayes (1995), propuseram uma representação por meio de projeções abstratas em uma grade circundada por constituintes métricos.

Com a fonologia gerativa, houve avanços até mesmo no modo de representar os segmentos. Se no início do formalismo, no modelo linear (CHOMSKY; HALLE, 1968), matrizes e traços se completavam bijetivamente, os modelos não-lineares, ou autossegmentais (GOLDSMITH, 1976), compreendem que os segmentos são, na verdade, autossegmentos sujeitos a operações independentes envolvendo traços. Uma das propostas não lineares mais aclamadas é a Geometria de Traços (CLEMENTS, 1985; CLEMENTS; HUME, 1995), com sua inegável eficácia para tratar de casos de assimilação, um dos processos fonológicos mais comuns nas línguas do mundo.

No início da década de 1990 do século passado, os modelos de análise baseados em regras seriais passaram a ser confrontados pela Teoria da Otimidade (PRINCE; SMOLENSKY, 1993), um modelo de gramática cuja essência se fixa no argumento de que todas as operações necessárias para a realização do *output* a partir de um *input* são efetuadas em paralelo e não ordenadamente. Esta proposta de análise é, pois, focada não no *input*, como faziam os modelos gerativistas anteriores, mas sim no *output*, este obtido por meio de restrições universais, operando em paralelo, e hierarquizadas conforme a gramática de língua particular.

As restrições do modelo são basicamente de dois tipos: (i) Marcação – que operam em favor da boa formação estrutural do output, ou seja, em favor de um output menos marcado e (ii) Fidelidade – que operam para garantir o output o mais idêntico (fiel) possível ao input.

A Teoria da Otimidade surge, pois, como um modelo de gramática que mantém a ideia de universalidade – determinante nos modelos gerativos que a precederam – bem como o mapeamento entre *input* e *output*. Contudo, a relação entre *input* e *output* passa a ser executada por um mecanismo que seleciona a forma de superfície a partir de um amplo conjunto de possíveis candidatos, de modo que um deles melhor satisfaça a um conjunto de restrições de Marcação e de Fidelidade ranqueadas.

Embora tenhamos tratado aqui de elementos teóricos e de modelos fonológicos formais, é mister destacar a relevância dos estudos sociolinguísticos, os quais detêm uma metodologia própria para a descrição e mapeamento de fenômenos fonológicos. Referimo-nos aqui ao trabalho de William Labov, ao longo de toda segunda metade do século passado, e sua visão sobre variação linguística. Associando as propostas de Labov com a teoria fonológica, voltamo-nos ao homenageado neste volume, o Prof. Dermeval da Hora, um dos principais pesquisadores do Brasil em Sociolinguística Variacionista e Variação Fonológica.

Neste volume, a fonologia está muito bem representada em dois artigos. No primeiro, *The structural motivation of palatalization*, Elisa Battisti (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e Ben Hermans (Meertens Institute - Holanda) tratam da palatalização de /t/ e /d/ no português brasileiro, procurando fornecer motivação estrutural para a palatalização interlinguisticamente; encontrar explicação para o melhor alvo e o melhor gatilho nesse processo, que pode se dar de forma plena ou secundária, e ainda explicar o tipo de seleção de alvo e gatilho na palatalização. Essenciais para o desenvolvimento do trabalho são os *insights* da fonologia formal; por exemplo, a noção de representação subjacente e de representação de superfície; a estrutura interna dos segmentos; a representação não-linear (fonologia autosssegmental). No segundo artigo, *Traços e classes de segmentos na arquitetura da gramática fonológica*, Carmen Matzenauer (Universidade Federal de Pelotas) retoma dois dos principais alicerces da fonologia gerativa: os traços distintivos e a noção de classes naturais. Com dados de fala de crianças em fase de aquisição da fonologia do português, a autora procura demonstrar a importância fundamental dos traços na construção da gramática fonológica.

3 MORFOLOGIA

A Morfologia exerceu um papel central nos estudos linguísticos pré-gerativos, desde as gramáticas greco-latinas, passando pelos estudos histórico-comparativos do século XIX, até o estruturalismo europeu e americano.

No entanto, após a publicação de *Syntactic Structures* (CHOMSKY, 1957), a Morfologia foi deixada um pouco de lado. Isso foi em grande parte uma consequência da absorção do território da morfologia por outros aspectos da gramática. No início do gerativismo, a Morfologia era comumente considerada como sendo parte da Fonologia ou da Sintaxe (SPENCER; ZWICKY, 1998). Em *The Sound Pattern of English* (CHOMSKY; HALLE, 1968), a tarefa de contabilizar alternâncias morfológicas é atribuída quase inteiramente ao componente fonológico da gramática e é a função mais importante que esse componente executa. Carstairs-McCarthy (1992) especula que um dos motivos para isso foi que os precursores da teoria gerativa eram falantes de inglês, língua com pouca morfologia flexional, em um momento histórico que coincide com um certo abandono dos estudos descritivos comuns até então nos Estados Unidos.

Desde então, o lugar da Morfologia na gramática tem sido alvo de debate. Se considerarmos que a gramática é modular, uma das questões que se coloca é se a Morfologia é um módulo mais ou menos autônomo, ou se a Morfologia é dividida e absorvida nos outros componentes da gramática (cf. SPROAT, 2001). Como consequência, a Morfologia tem sido vista como disciplina opcional em muitos programas de Pós-Graduação em Linguística (CARSTAIRS-McCARTHY, 1992), o que retoma o caráter intrinsecamente dinâmico e de interface da área, uma vez que palavras estão na interface da Fonologia, Sintaxe e Semântica (cf. SPENCER; ZWICKY, 1998).

Enquanto a gramática tradicional via (e vê) os estudos sobre estrutura morfológica como a simples categorização de palavras na superfície e a constituição de paradigmas, a morfologia estruturalista americana surge como uma teoria do morfema, que por sua vez se divide em dois aspectos: alomorfa, ou a caracterização das relações em forma entre os alomorfes dos morfemas individuais; e morfotática, ou a caracterização dos princípios combinatórios que agrupam morfemas em unidades maiores (ANDERSON, 2018). Os alomorfes, termo derivado do equivalente fonológico alofones, são, portanto, as diferentes realizações de um morfema. A palavra, por sua vez, é composta por um ou mais morfemas, que se combinam a partir das regras morfotáticas das línguas.

A princípio, o morfema é a menor unidade linguística com significado. No entanto, muitos fenômenos desafiam uma definição de um-para-um, como, por exemplo, morfemas descontínuos, morfemas vazios de significado, mais de um significado associado a um único morfema, entre outros. A formação de palavras é dada por processos morfológicos de flexão, derivação, composição e também por processos não concatenativos, tais como reduplicação, truncamento, jogos de linguagem, entre outros.

Segundo Basilio (1999), a Morfologia foi introduzida no Brasil nos anos 1960, a partir da obrigatoriedade do ensino de linguística nos cursos de Letras. Num primeiro momento, o viés é estruturalista, tendo Câmara Jr. (1970, 1971) como seu principal autor brasileiro. A disciplina se consolida em meados de 1970, como objeto de análise na Teoria Gerativa em estudos sobre o léxico.

Os anos 1990 foram caracterizados pelos estudos morfológicos acerca de problemas de representação lexical dentro de uma abordagem gerativa (BASILIO, 1999), refletindo a repercussão de publicações internacionais pioneiras, como Chomsky (1970) e Halle (1973), e as discussões que estavam ocorrendo fora do Brasil na mesma década. A abordagem lexicalista considera que o falante possui um léxico mental com traços formais, fonológicos e semânticos, em que opera a formação de palavras. Nesta perspectiva, o léxico é o *input* da sintaxe, que opera gerando sentenças fora do léxico. Muitos estudos realizados no Brasil diagnosticam fenômenos sintático como relacionado à morfologia fraca do português brasileiro (ver aqueles listados em KATO; RAMOS, 1999, por exemplo).

Ao mesmo tempo, a morfologia distribuída (HALLE; MARANTZ, 1993, 1994; MARANTZ, 1997) surge como uma proposta diferente à lexicalista, em que toda formação de palavras é sintática. Nesse modelo, o componente morfológico pode aplicar operações pós-sintáticas antes da realização fonológica (SCHER *et al.*, 2013). Contrariamente à perspectiva lexicalista, a morfologia distribuída não prevê um léxico onde as palavras ficam armazenadas e de onde são extraídas para a sintaxe. Sendo assim, a formação de palavras e de sentenças é feita pela mesma operação sintática. Segundo Scher *et al.* (2013, p. 21), “[...] traços abstratos sofrem operações sintáticas como juntar e mover, gerando unidades lexicais que sofrem as mesmas operações, gerando, por sua vez, sentenças”. Este modelo tem se popularizado nos programas de pós-graduação do Brasil nos últimos anos.

A Morfologia também é caracterizada pela interface com a Fonologia, uma vez que o léxico também apresenta regras prosódicas, como regras de atribuição de acento, por exemplo. Nos anos 1980, surge a Fonologia Lexical, uma teoria que pretende estudar a interação entre regras fonológicas e estrutura morfológica, como mencionado anteriormente. Nesse modelo, a morfologia não precede a fonologia. As regras podem ser aplicadas ciclicamente em diferentes níveis e podem ser reaplicadas pós-lexicalmente, após a estruturação sintática. A ideia de regras pós-lexicais eleva o grau de explicabilidade dos dados linguísticos nessa teoria, que é muito popular no Brasil.

Na mesma década, surge outro modelo de interação entre Morfologia e Fonologia, a morfologia prosódica (McCARTHY; PRINCE, 1996). Segundo os autores, a morfologia prosódica está preocupada em como os componentes morfológicos e fonológicos interagem entre si em um sistema gramatical através da estrutura prosódica. Esta teoria está intrinsecamente relacionada a casos de processos não concatenativos, como reduplicação e infixação. Nesse sentido, a formação de palavras deve respeitar os requisitos de boa formação da prosódia.

Como era de se esperar, atualmente, a Morfologia no Brasil é caracterizada pela interface com outras áreas. Basta olhar os trabalhos aprovados nas últimas edições do *Colóquio Brasileiro de Morfologia* para encontrar pesquisas de interface com Fonologia, Sintaxe, Semântica, Lexicologia, Sociolinguística e Linguística Histórica. Apesar do bom número de pesquisadores na área, não há um Grupo de Trabalho da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (ANPOLL) dedicado especificamente à Morfologia, o que também comprova a identidade de interface da área no Brasil.

A maior parte das pesquisas em Morfologia realizadas hoje no Brasil se concentra na descrição e análise do português brasileiro. Além desses estudos, os linguistas brasileiros também vêm se dedicando à descrição e análise de línguas indígenas brasileiras, sendo a maioria delas altamente flexionais.

Citando Anderson (2018, p. 14, tradução nossa), “[...] embora esta disciplina tenha sido subordinada a outras áreas da gramática em alguns momentos, a Morfologia está viva e passa bem como um campo de estudos distinto na linguística contemporânea”.

Neste volume, a Morfologia vem representada pelo artigo *Novas evidências em favor de um morfema avaliativo*, de Ana Paula Scher (Universidade de São Paulo) e César Elidio Marangoni Junior (Universidade de São Paulo). Como sugere o título do trabalho, os autores defendem a existência de um núcleo avaliativo na estrutura sintática nos processos de formação de formas nominais truncadas e *blends*; defendem ainda a relevância de um núcleo dessa natureza estar presente no inventário universal de traços morfossintáticos da arquitetura da gramática das línguas.

4 SINTAXE

Numa entrevista publicada em 2000, neste mesmo *Fórum Linguístico*, segundo volume da Revista com artigos centrados sobre o tema da Gramática Gerativa, em resposta à questão de como teria reagido às mudanças que a gramática gerativa sofreu ao longo de seus 43 anos, desde a publicação de *Syntactic Structures* (CHOMSKY, 1957), Lucia Lobato assim se posiciona:

Acho impressionante que exista uma teoria forte como a gramática gerativa, capaz de direcionar as pesquisas de diferentes pesquisadores no mundo inteiro e sobre diferentes línguas, e, ao mesmo tempo, se alimentar dos resultados dessas pesquisas, modificando-se em função desses resultados (LOBATO, 2000, p. 141).

Esse foi, sem dúvida, o legado da teoria gerativa para o estudo da sintaxe: um programa de investigação científica com a centralidade desse componente da gramática, em que se registram três importantes fases da teoria: a teoria padrão, tendo por marco a publicação de *Syntactic Structures* (CHOMSKY, 1957), o modelo de Regência e Ligação (CHOMSKY, 1986) e o Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995), na teoria de Princípios e Parâmetros.

Chomsky (1986) levanta duas questões centrais em relação ao conhecimento da Língua, sua natureza, origem e uso, num texto clássico que instaura o segundo momento na teoria gerativa, a teoria de Princípios e Parâmetros (P&P): i) como é que podemos saber tanto a partir de uma evidência tão limitada (conhecido como problema de Platão)? e ii) como os falantes usam habitualmente a linguagem de maneira criativa, produzindo e entendendo sentenças que nunca tenham ouvido (conhecido como o problema de Descartes)? Essas grandes duas questões levaram ao desenvolvimento da teoria em busca de três temas centrais sobre o conhecimento da língua, a aquisição e o uso que fazemos da língua que falamos. No desenvolvimento da teoria, no curso dessas mais de seis décadas, essas questões têm sido pensadas e discutidas em torno de três fatores que, de acordo com Chomsky (2005, p. 6), intervêm no crescimento da língua no indivíduo. Assim são caracterizados esses três fatores:

- Fator I – a carga genética, aparentemente uniforme na espécie, que interpreta parte do ambiente/experiência linguística e determina o curso da faculdade da linguagem;
- Fator II – a experiência, que leva à variação linguística num campo restrito nas línguas naturais, como em outros subsistemas da capacidade humana e do organismo em geral; e
- Fator III – princípios e restrições não específicos da faculdade da linguagem, que atuam na determinação da “forma orgânica”.

De um modo mais específico, em desdobramentos recentes da teoria, as discussões se voltam ao Fator III, ou, numa visão mais filosófica, à busca de uma linguagem humana com mais necessidades formais e estruturais (no sentido de autônomo e matemático dos termos) e menos de puro acidente evolucionário.

Para definir melhor o ponto, a gramática gerativa contribuiu e tem contribuído (e muito) para colocar a sintaxe num lugar de destaque nos estudos linguísticos, buscando respostas para essas duas grandes questões e esses três temas postos. De um modo geral, dentre os diferentes modelos e propostas, as respostas giram em torno da busca e identificação de propriedades do conhecimento linguístico que um indivíduo tem quando fala uma Língua L. Por exemplo: o que leva os falantes do português - e tal propriedade é evidenciada em todas as línguas naturais até aqui estudadas - a aceitarem construções com a extração do complemento acusativo realizado como um elemento interrogativo *-qu* para uma posição alta na sentença como em (1b.) e a rejeitarem essa mesma extração em construções como em (2b.)?

- (1) a. O ministro estava controlando a situação.
b. **O que_i** (que) o ministro estava controlando ____i?
- (2) a. O presidente demitiu o ministro que estava controlando a situação.
b. ***O que_i** (que) o presidente demitiu o ministro que estava controlando ____i?

Essas são propriedades que as gramáticas das línguas naturais possuem e que os linguistas buscam explicar, primeiro, descrevendo empiricamente os fatos: não pode haver extração de constituintes de dentro de uma oração relativa restritiva; segundo, propondo teoricamente princípios que expliquem os fatos: o princípio de subjacência barra a extração de uma relativa restritiva ou outro contexto similar, conhecido como o “fenômeno de ilha”. Quem primeiro descreveu e estabeleceu uma proposta teórica para esse fenômeno foi Ross (1967), numa publicação clássica na área que, seguido dos trabalhos no campo de uma semântica gerativa (ver BORGES NETO, 2004), restabeleceu rotas no empreendimento gerativo.

O espírito dessa formalização é explicar as categorias mínimas que precisam estar configuradas para que a língua “funcione”. Podemos dizer que a base dessa formalização é intencional; ou seja, a ideia é capturar a “receita” da gramática, de modo que, ao invés de buscar uma representação extensional em casos específicos, buscam-se descobrir os princípios estruturais numa representação intencional. Num paralelo com a linguagem matemática, por exemplo, para a representação do conjunto dos números pares, deixam-se os números por eles mesmos ($\{2, 4, 6, 8, 10 \dots\}$) e buscam-se axiomas que possam representá-los ($\{x : x=2y, \text{ onde } y \text{ um número inteiro}\}$). E não entraremos aqui na distinção entre modelos representacionais e derivacionais, que tem rendido muita discussão na área. Nesse sentido, “[...] teorias são lentes que nos permitem enxergar fenômenos não observáveis a olho nú [...]” (CHOMSKY, 1986, p.122, tradução nossa).

Numa associação entre os três Fatores apresentados anteriormente, em Gramática Gerativa, uma resposta para o conhecimento linguístico que um indivíduo que fala uma língua L tem advém da interação entre (I) as propriedades da Gramática Universal (GU), que forma parte do **genótipo** e está composta por um conjunto de primitivos, operações e princípios universais, que impõem restrições sobre as Línguas-I (a carga genética); (II) a experiência no ambiente linguístico que leva à variação, dentro dos limites impostos pela arquitetura da gramática; e (III) os princípios e as restrições não específicos da Faculdade da Linguagem (FL) aos quais as gramáticas precisam satisfazer. Nas palavras de Berwick e Chomsky (2016, p. 90), “[...] a GU determina a classe de procedimentos gerativos que satisfazem as Propriedades Básicas, e os elementos atômicos que entram na computação”.

No frigidar dos ovos, na perspectiva gerativista, formal em natureza e essência, a língua humana é um sistema que une som e significado, mas não numa concepção tradicional, que tem base em Aristóteles, da linguagem como “mero” “instrumento de pensamento”, pois assim como a define Chomsky (2016, p. 13-14, tradução e grifos nossos), “[...] a língua não é som com significado, mas **significado com som** – mas geralmente, com alguma forma de externalização, tipicamente com som embora outras modalidades estejam facilmente disponíveis [...]”.

No Brasil, desde a década de 1960, significativos estudos têm refletido os diferentes momentos no desenvolvimento da teoria gerativa e em muito contribuído com a descrição de dados e os pressupostos teóricos dos modelos. Nas palavras de Kato e Ramos (1999, p. 105), “[...] a primeira notícia no Brasil sobre gramática gerativa veio de dois artigos publicados na revista *Tempo Brasileiro*, em 1967, um de [Mirian] Lemle e outro de Mattoso Câmara Jr. [...]”. Nesse artigo publicado num volume especial da Revista DELTA, em 1999, as autoras traçam um panorama dos trinta anos de sintaxe gerativa no Brasil e listam cursos na área ministrados, sendo os

primeiros nas Universidade de Brasília (UnB) Universidades Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Museu Nacional, e as linhas e trabalhos realizados, que consolidaram ao longo do período uma forte linha de pesquisa.

A sintaxe gerativa está muito bem representada neste volume em dois artigos de dois pesquisadores que retratam duas gerações de sintaticistas expoentes no Brasil. O primeiro artigo, *Especificação Morfológica de Pronomes Nominativos, Concordância Verbal e Sujeitos Nulos em Português Brasileiro*, é de autoria de Jairo Nunes (Universidade de São Paulo), linguista teórico que muito contribuiu (e tem contribuído) para a consolidação e o avanço da sintaxe gerativa. O artigo analisa os sujeitos nulos e os padrões de concordância no português brasileiro (PB) padrão e no português europeu (PE) padrão e defende a proposta de que os pronomes no PB são maximamente subespecificados, propriedade que se reflete nos traços-phi da categoria funcional T nessa língua. O segundo artigo, *Small Clause é PoP*, é de autoria de um jovem linguista, Marcelo Sibaldo (Universidade Federal de Pernambuco), que muito tem contribuído para o avanço da pesquisa no vasto território brasileiro, sobretudo porque atua como professor vinculado à Universidade Federal de Pernambuco, no Nordeste brasileiro. Em seu artigo, discute uma proposta teórica para as *Small Clause* (SC) no português do Brasil e no russo, com uma proposta centrada na argumentação de Chomsky (2013, 2015) sobre os problemas da projeção de constituintes (*Problems of Projection*) e de rotulação de objetos sintáticos na derivação. Defende a hipótese de que, com base na morfologia de Caso e concordância dentro das SCs, ϕ é uma rotulação possível para esses objetos sintáticos nessas duas línguas.

5 SEMÂNTICA

Uma visão dos estudos formais em semântica gerativa no Brasil e no mundo pode ser encontrada em Borges Neto, Müller e Pires de Oliveira (2012) que assim a definem:

A semântica das línguas naturais é um empreendimento científico, um projeto coletivo que visa entender o fato de que nós, humanos, temos a capacidade de interpretar qualquer sentença da nossa língua, que adota uma metalinguagem lógico-matemática. (BORGES NETO; MÜLLER; PIRES DE OLIVEIRA, 2012, p. 122)

Na seção de conclusão do artigo, intitulada *Tendências*, os autores levantam as seguintes questões teóricas que estão no cerne do interesse nos estudos em semântica formal: “A capacidade semântica é certamente universal (biológica?), todos temos essa capacidade independentemente do saber escolar, mas como seria esse sistema em cada língua em particular? Há universais semânticos? Como eles seriam?” (BORGES NETO; MÜLLER; PIRES DE OLIVEIRA, 2012, p. 139). Essas questões refletem o tema central dos três fatores já retomados neste artigo que estão na base dos estudos em gramática gerativa, formais em essência, que tem por marco a publicação de *Syntactic Structures* em 1957 de Noam Chomsky: estudar a linguagem humana como um objeto formal, buscando elucidar a capacidade que os falantes tem quando sabem/falam uma língua natural.

Ainda como pontuam Borges Neto, Müller e Pires de Oliveira (2012), é importante destacar que mesmo tendo na publicação de *Syntactic Structures* e publicações posteriores de Chomsky, é na década de 1970 que a semântica gerativa vivenciou “uma mudança na maneira de enxergar o objeto de estudos da semântica (BORGES NETO; MÜLLER; PIRES DE OLIVEIRA (2012, p. 122).

Tendo sua origem na filosofia e na lógica, a semântica formal encontra, num primeiro momento, um ponto de conciliação entre diferentes propostas da semântica gerativa, pós-chomskyana, e da semântica interpretativa, defendida ferrenhamente por Chomsky e colaboradores, e assume (re)direcionamentos conciliadores para diferentes semânticas nos trabalhos de Barbara Partee (mais especificamente, PARTEE, 1975), abrindo-se, “[...] assim, diferentes modos de entender e estudar o significado.” (BORGES NETO; MÜLLER; PIRES DE OLIVEIRA, 2012, p. 133). Um dos estudos relevantes para o redirecionamento e consolidação da área é a contribuição de Angelika Kratzer (KRATZER, 1977, 1979) sobre as lógicas modais, trazendo para a linguística e o estudo das línguas naturais (do conhecimento e capacidade de interpretar qualquer sentença, da semântica) uma conversa direta com a lógica e com a matemática.

Uma história da semântica (e da semântica formal) no Brasil, depois de trintas anos de aqui ser introduzida, pode ser encontrada em Pires de Oliveira (1999), num artigo do volume da Revista DELTA dedicado a perspectivas da inserção e consolidação das diferentes áreas dos estudos linguísticos. Nas palavras da autora,

O fim da disputa semântica gerativa e semântica interpretativa se dá com a “morte” da semântica gerativa e o nascimento de um modelo de análise do significado de cunho funcional, que será conhecido como semântica cognitiva; esta nova abordagem vai congrega os dissidentes da abordagem gerativa: Lakoff, Fillmore, Langacker, entre outros, e tem na publicação de *Metaphors we live by* (1980) um marco fundacional. (PIRES DE OLIVEIRA, 1999 p. 309)

Nas palavras de Borges Neto, Müller e Pires de Oliveira (2012, p.135), “[...] no Brasil, a história da Semântica Formal começa com a formação curricular do bacharelado e do mestrado em linguística da UNICAMP a partir dos anos 1970”, data não muito distante da introdução dos estudos em sintaxe e sempre motivados pela publicação de *Syntactic Structures* em 1957 de Noan Chomsky. Os estudos em semântica formal no Brasil foram motivados pela a formação no exterior e o trabalho de Rodolfo Ilari e Carlos Franchi na UNICAMP. A formação de uma geração de semanticistas se deve ao trabalho pioneiro desses dois grandes linguistas e a consolidação de uma disciplina de semântica nos cursos de graduação e Pós-graduação e a realização de eventos científicos e workshops na área. Das publicações relevantes na área no Brasil, podemos citar o clássico manual de Rodolfo Ilari e João W. Geraldi, publicado em 1991, os manuais de *Introdução à semântica* de Rodolfo Ilari, publicado em 1991 e o de *Semântica formal* de Roberta Pires de Oliveira, publicado em 2001.

Neste volume, a semântica vem muito bem representada em quatro artigos. No primeiro, *Semântica Formal*, José Borges Neto (Universidade Federal do Paraná e Universidade Estadual do Oeste do Paraná) apresenta a semântica teórica e formal e discute um mecanismo para a descrição das estruturas semânticas das línguas naturais. Martin Becker (Universidade de Colônia/Alemanha), no texto *O subsistema doxástico nas línguas românicas – uma análise da seleção dos modos verbais*, discute a semântica de contextos com verbos de crença de modalidade doxástica, um subsistema do sistema de modo, no português do Brasil em relação às outras línguas românicas. No texto *Subpredicação e small clause na Sintaxe mais Simples: um caso de não-uniformidade na interface*, Heronides Moura (Universidade Federal de Santa Catarina) e Rafaela Miliorini (Universidade Federal de Santa Catarina) discutem, com base na Teoria da Sintaxe mais Simples, o fenômeno semântico da subpredicação por meio da análise de sentenças com verbos que selecionam subpredicação e de testes de constituência. O artigo que fecha este volume, *A Conjectura de Chierchia e a logicidade das línguas naturais*, de Roberta Pires de Oliveira (Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal do Paraná), discute a conjectura de Chierchia e demonstra que esta conjectura prediz corretamente julgamentos intuitivos de itens escalares, de livre escolha e de polaridade no português brasileiro.

Buscamos aqui apresentar uma breve introdução de fundamentos dos estudos em Linguística Formal nas áreas da Fonologia, Morfologia, Sintaxe e Semântica, desde a publicação clássica *Syntactic Structures* de Chomsky (1957), que instaura o empreendimento gerativo e o estabelecimento do entender as línguas naturais como um objeto formal, em essência. Desde então, essa fabulosa capacidade humana de adquirir e usar a língua que sabemos/falamos tem posto aos linguistas a tarefa de decifrar esse “Oráculo Delfico” (para retomar a metáfora do próprio Chomsky, em conferência pela *ABRALIN ao vivo*, em 5 de maio de 2020), que confere à Faculdade da Linguagem humana lugar de destaque nos estudos sobre a linguagem e cognição humana.

Temos certeza de que os artigos reunidos neste volume especial da *Fórum Linguístico* constituirão um marco nos estudos em Linguística Formal, pois reúnem pesquisas de especialistas da Área, de diferentes gerações, com o objetivo de homenagear o Prof. Dermeval da Hora, a quem devemos muito pelo trabalho que realizou (e tem incansavelmente realizado) pela linguística brasileira.

Boa leitura!

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, S. R. A Short history of morphological theory. In: AUDRING, J.; MASINI, F. (ed.). *The oxford handbook of morphological theory*. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 19-33.
- BERWICK, R. C.; CHOMSKY, N. *Why only us? Language and evolution*. Massachusetts: MIT Press, 2016.
- BORGES NETO, J.; MÜLLER, A.; PIRES DE OLIVEIRA, R. A semântica formal das línguas naturais: histórias e desafios. *Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 119-148, jan./jun. 2012.
- BORGES NETO, J. O empreendimento gerativo. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à linguística 3. Fundamentos Epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 93-130.
- CARSTAIRS-McCARTHY, A. *Current morphology*. London: Routledge, 1992.
- CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- CÂMARA JR., J. M. *Problemas de lingüística descritiva*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- CARVALHO, D. da S; SOUSA, L. T. de. (org.). *Gramática gerativa em perspectiva*. São Paulo: Blücher Ltda, 2018.
- CHOMSKY, N.; HALLE, M. *The sound pattern of English*. New York: Harper and Row. 1968.
- CHOMSKY, N. Remarks on nominalization. In: R. A. JACOBS e P. S. ROSENBAUM (ed.). *Readings in English transformational grammar*. Waltham, Mass: Ginn & Co, 1970. p 184-221.
- CHOMSKY, N. *What kind of creatures are we?* New York: Columbia University Press, 2016.
- CHOMSKY, N. A review of B. F. Skinner's verbal behavior. In: LEON, A. J; MURRAY S. M. (ed.). *Readings in the psychology of language*, Prentice-Hall, 1967. p. 142-143.
- CHOMSKY, N. Three factors in language design. *Linguistic Inquiry*, n. 36, p.1-22, 2005.
- CHOMSKY, N. *The minimalist program*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1995.
- CHOMSKY, N. *Knowledge of Language*. Praeger, 1986.
- CHOMSKY, N. *Syntactic structures*. The Hague: Mouton, 1957. (Janua Linguarum Series Minor, vol. 4).
- CLEMENTS, G. N. The geometry of phonological features. *Phonological Yearbook*, n.2, p. 123-140, 1985.
- CLEMENTS, G. N; HUME, E. V. The Internal Organization of Speech Sounds. In: GOLDSMITH, J.(ed.) *Handbook of Phonological Theory*. Oxford: Blackwell, 1995. p. 245-306.
- GOLDSMITH, J. A. *Autosegmental phonology*. New York: Garland Publishing, 1976.
- HALLE, M; VERGNAUD, J-R. *An essay on stress*. Cambridge: MIT Press, 1987.
- HALLE, M. Prolegomena to a theory of word-formation. *Linguistic Inquiry*, n. 4, p. 3-16, 1973.

- HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed morphology and the pieces of inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (ed.). *The View from Building 20*. Cambridge: MIT Press, 1993. p. 111-176.
- HALLE, M.; MARANTZ, A. Some key-features of distributed morphology. In: CARNIE, A.; HARLEY, H. (ed.). *MIT Working Papers in Linguistics 21. Papers on Phonology and Morphology*, 1994. p. 275-288.
- HAYES, B. *Metrical stress theory: principles and case studies*. Chicago; London, 1995.
- ILARI, R.; GERALDI, J. W. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1991.
- ILARI, R. *Introdução à semântica: brincando com a gramática*. São Paulo: Contexto, 2001.
- KIPARSKY, P. Lexical morphology and phonology. In YANG, I. S. (ed.). *Linguistics in the Morning Calm*. Seoul: Hanshin, 1982. p. 3-91.
- KIPARSKY, P. Some consequences of lexical phonology. *Phonology Yearbook*, 2: 85–138. 1985.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. de M. Bagno, M. M. P. Scherre e C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- LIBERMAN, A. M.; PRINCE, A. On stress and linguistic rhythm. *Linguistic Inquiry*, n.8, p.249-336, 1977.
- LIBERMAN, M. *The intonational system of English*. 1975. Doctoral dissertation – Massachusetts Institute of Technology, Cambridge. [Distributed by Indiana University Linguistics Club Bloomington], 1975.
- KATO, M.; RAMOS, J. Trinta anos de sintaxe gerativa no Brasil. *D.E.L.T.A.*, v. 15, p. 105-146, 1999.
- KRATZER, A. What ‘must’ and ‘can’ must and can mean. *Linguistics and Philosophy*, n. 1, p. 337-355, 1977.
- KRATZER, A. Conditional necessity and possibility. In: BAUERLE, R.; EGLI, U.; VON STECHOW, A. (ed.). *Semantics from different points of view*. Berlin: Springer-Verlag, 1979. p. 117-147.
- KRATZER, A. *Modals and conditionals*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- LOBATO, L. Entrevista Lúcia Pinheiro Lobato: a gramática gerativa - história no Brasil e estado da arte. *Fórum Lingüístico*, Florianópolis, n. 2 , p.129-148, out.-dez, 2000.
- MARANTZ, A. No escape from syntax: Don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. *UPenn Working Papers in Linguistics*, v. 4, n. 2, p. 201-225, 1997.
- McCARTHY, J. J.; PRINCE, A. S. Prosodic morphology. In: GOLDSMITH, J. A. (ed.). *The Handbook of phonological theory*. Oxford: Blackwell, 1996. p. 318-366.
- MOHANAN, K. *Lexical phonology*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club, 1982.
- PARTEE, B. H. Montague grammar and transformational grammar. *Linguistic Inquiry*, v. 6, n. 2, p. 203-300, 1975.
- PIRES DE OLIVEIRA, R. *Semântica formal – uma breve introdução*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

PIRES DE OLIVEIRA, R. Uma história de delimitações teóricas: trinta anos de semântica no Brasil. *D.E.L.T.A.*, v. 15, n. especial. p. 291-321, 1999.

PRINCE, A and Smolensky, P. *Optimality theory: constraint interaction in generative grammar*. Manuscript, Rutgers University and University of Colorado, Boulder, 1993.

PRINCE, A. Relating to the Grid. *Linguistic Inquiry*, n.14, 19-100. 1983.

SCHER, A. P.; BASSANI, I. de S.; MINUSSI, R. D. Morfologia em morfologia distribuída. *Estudos Linguísticos e Literários*, v. 47, p. 9-29, 2013.

SELKIRK, E. The syllable. In: HULST, H. V.; SMITH, N. (ed.). *The structure of phonological representations*. University of Chicago Press, 1995. p. 337-384.

SPENCER, A.; ZWICKY, A. M. Introduction. In: SPENCER, A.; ZWICKY, A. M. (ed.). *The handbook of morphology*. Oxford: Blackwell, 2001. p. 213-237.

SPROAT, R. Morphology as component or module: mapping principle approaches. In: SPENCER, A.; ZWICKY, A. M. (ed.). *The handbook of morphology*. Oxford: Blackwell, 2001. p. 335-348.

ROSS, J. R. *Constraints on variables in syntax*. 1967. Ph.D (Thesis) – Cambridge Massachusetts Institute of Technology, 1967.



Recebido em 07/05/2020 . Aceito em 15/05/2020